

RF libera consulta ao 3º lote de restituição do IR

Cerca de 2,7 milhões de contribuintes receberão R\$ 4,6 bi em 31/07

Da Redação

A Receita Federal liberou na sexta-feira (24) a consulta ao terceiro lote de restituição do Imposto de Renda 2026. Um total de 2.743.200 contribuintes receberão R\$ 4,61 bilhões no dia 31 de julho.

Os dois primeiros lotes de 2026, informou o órgão, representaram 80% das restituições previstas para este ano, tanto em valores quanto em número de contribuintes.

Segundo o Fisco, a agilidade no processamento das declarações e o avanço das ferramentas de modernização e automação permitiram a concentração dos pagamentos nos dois primeiros lotes.

A consulta pode ser feita na página da Receita Federal na internet. Basta o contribuinte clicar em “Meu Imposto de Renda” e, em seguida, no botão “Consultar a Restituição”. Também é possível fazer a consulta no aplicativo da Receita Federal para tablets e smartphones.

As restituições o terceiro lote estão distribuídas da seguinte forma:

1.396.474 contribuintes sem prioridade;

839.464 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida ou optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix (prioridade não determinada por lei);

309.441 contribuintes que usaram a declaração pré-preenchida e optaram simultaneamente por receber a restituição via Pix (prioridade não determinada por lei);

197.821 contribuintes com prioridade legal.

As prioridades legais são as seguintes: idosos a partir de 80 anos, idosos de 60 a 79 anos, pessoas com deficiência física ou mental ou doença grave e contribuintes cuja maior fonte de renda seja o magistério.

Em relação aos contribuintes sem prioridade, esse será o primeiro pagamento de restituição para quem declarou em 2026. Os outros dois lotes



Os dois primeiros lotes de 2026, informou o órgão, representaram 80% das restituições previstas para este ano

só abrangeram contribuintes com prioridade legal e não determinada por lei.

Neste ano, a Receita reduziu de cinco para quatro o número de lotes regulares de restituições da declaração, com pagamentos no fim de maio, de junho, de julho e de agosto.

O Fisco informou que o lote de julho encerra a fila de restituições relativas ao Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) 2026.

Após o processamento, permanecerão pendentes apenas restituições retidas em malha fiscal ou que apresentam inconsistências nos dados bancários informados para o recebimento, como ca-

sos relacionados à chave PIX.

Segundo a Receita, cerca de 165 mil restituições não foram creditadas porque o contribuinte informou o CPF como chave Pix para recebimento, mas não possui conta bancária vinculada a essa chave.

Para regularizar a situação, o contribuinte tem três alternativas:

• cadastrar uma chave Pix CPF numa instituição financeira;

• alterar a conta para crédito da restituição por meio do serviço Meu Imposto de Renda;

• retificar a declaração, informando uma conta bancária de sua titularidade.

O pagamento será feito em 31 de julho, na conta ou na chave Pix do tipo CPF informada na declaração do Imposto de Renda. Caso o contribuinte não esteja na lista, deverá entrar no Centro Virtual de Atendimento ao Contribuinte (e-CAC) e tirar o extrato da declaração. Se verificar uma pendência, pode enviar uma declaração retificadora e esperar os próximos lotes.

Se, por algum motivo, a restituição não for depositada na conta informada na declaração, como no caso de conta desativada, os valores ficarão disponíveis para resgate por até um ano no Banco do Brasil.

Governo desbloqueia R\$ 5,7 bi do Orçamento de 2026

Da Redação

O Orçamento de 2026 terá um desbloqueio de R\$ 5,7 bilhões de gastos não obrigatórios, informaram há pouco os Ministérios da Fazenda e do Planejamento.

O valor consta do Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas, documento enviado ao Congresso a cada dois meses que orienta a execução do Orçamento.

Com o desbloqueio, o total de recursos bloqueados em 2026 cai de R\$ 23,7 bilhões para R\$ 17,9 bilhões.

Os bloqueios são necessários para cumprir o limite de gastos do arcabouço fiscal, que prevê crescimento dos gastos até 2,5% acima da inflação para este ano.

De acordo com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, o desbloqueio ocorreu principalmente porque a estimativa de vários gastos obrigatórios foi revista para baixo, abrindo espaço para o governo liberar gastos não-obrigatórios.

As principais despesas obrigatórias, cujas estimativas diminuíram em relação ao bimestre anterior são as seguintes:

- Pessoal e encargos sociais: -R\$ 4,2 bilhões;
- Benefícios previdenciários: -R\$ 3,2 bilhões;
- Benefício de Prestação Continuada (BPC): -R\$ 3,2 bilhões;
- Demais despesas: -R\$ 100 milhões.

Em contrapartida, o relatório



RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL

Liberações por órgãos serão detalhadas até próximo dia 30

aumentou a previsão dos seguintes gastos obrigatórios:

- Despesas obrigatórias com controle de fluxo (gastos com

saúde): +R\$ 3,4 bilhões

- Abono e seguro-desemprego (defeso para pescadores): +R\$ 1,6 bilhão.

Pela terceira vez seguida, o relatório não trouxe previsão de contingenciamento, recursos bloqueados temporariamente para cumprir a meta de resultado primário, resultado das contas do governo antes do pagamento da dívida pública.

Segundo os dois ministérios, a projeção de superávit primário neste ano aumentou de R\$ 4,1 bilhões para R\$ 10,8 bilhões.

O resultado foi possível por causa do aumento da estimativa para as receitas líquidas em R\$ 12,3 bilhões em 2026. A previsão para as despesas primárias neste ano subiu R\$ 4 bilhões. A estimativa de gastos que podem ser deduzidos da meta de resultado primário caiu em R\$ 1,6 bilhão.